



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

Processo n.: 502035
Natureza: Processo Administrativo
Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Abre Campo

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Processo administrativo constituído a partir de documentação desentranhada dos autos do processo de Relatório de Inspeção n. 18656, objetivando examinar os atos e despesas relativos ao exercício de 1994.

Consoante Acórdão prolatado na sessão da Segunda Câmara de 21/05/2009 (f. 124/125), os conselheiros constataram irregularidades e determinaram a aplicação de multa no valor de R\$ 5.780,00 (cinco mil setecentos e oitenta reais) e determinaram a restituição no valor de R\$ 2.186,00 (dois mil cento e oitenta e seis reais) ao Sr. Davis Antônio Cardoso, Prefeito Municipal à época.

A referida decisão transitou em julgado em 12/09/2011, conforme f. 130.

À vista do pagamento voluntário da multa foi emitida a Certidão de Quitação n. 256/2012 (f. 153).

Conforme f. 162, o devedor efetuou o pagamento de R\$ 2.552,77 (dois mil quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos), restando uma diferença de R\$ 6.652,17 (seis mil seiscentos e cinquenta e dois reais e dezessete centavos), valores atualizados em 20/04/2012.

Em face da ausência de recolhimento voluntário do valor total da restituição, foi emitida a Certidão de Débito n. 0210/2016 (f. 179/180), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto da execução por meio do ACOMPANHAMENTO CAMP n. 502035R566, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 12, I, e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 27 de junho de 2016.

Mônica Fonseca Almeida Santos

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas ¹
(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

¹ Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015